

39º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
GT 26 – O PENSAMENTO SOCIAL LATINO-AMERICANO: LEGADO E
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

O DESAFIO DO SUBDESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA DO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO E DA
TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Wilson Vieira

O DESAFIO DO SUBDESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO E DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Wilson Vieira¹

Resumo

O **objeto** deste trabalho é a análise do pensamento de Celso Furtado e da teoria da dependência sobre os desafios cada vez maiores para superar o subdesenvolvimento, processo de longa duração que permanece no século XXI. Os **objetivos** são: i) captar as aproximações entre as reflexões de Celso Furtado e da teoria da dependência (principalmente da vertente marxista) a partir da década de 1970; ii) analisar os desdobramentos de suas reflexões. A **hipótese de trabalho** é a de que as reflexões de Celso Furtado e da teoria da dependência (principalmente da vertente marxista) a partir de 1970 se aproximam ao observarem a continuação da industrialização na América Latina, a não superação do subdesenvolvimento e a continuação da situação de dependência da periferia em relação ao centro com desafios cada vez maiores e com consequências sentidas até o presente momento. A **metodologia de análise** utiliza a sociologia do conhecimento de Karl Mannheim e a teoria das linguagens do ideário político de John Pocock, a fim de localizar a reflexão de Furtado e da teoria da dependência no quadro social, político e econômico vivido no período e também no debate sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Palavras-chave: pensamento de Celso Furtado, teoria da dependência, subdesenvolvimento.

¹ Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ). Pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (LEMA) do IE-UFRJ. Economista pela UFF, Mestre em História Econômica e Doutor em Sociologia pela UNICAMP. *E-mails:* vieiraeco@gmail.com; vieiraeco@uol.com.br; wilson.vieira@ie.ufrj.br

Introdução: Formas de Análise

O **objeto** deste trabalho é a análise do pensamento de Celso Furtado e da teoria da dependência sobre os desafios cada vez maiores para superar o subdesenvolvimento, processo de longa duração que permanece no século XXI. Os **objetivos** são: i) captar as aproximações entre as reflexões de Celso Furtado e da teoria da dependência (principalmente da vertente marxista) a partir da década de 1970; ii) analisar os desdobramentos dessas reflexões. A **hipótese de trabalho** é a de que o pensamento de Celso Furtado e da teoria da dependência (principalmente da vertente marxista) a partir de 1970 se aproximam ao observarem não só a continuação da industrialização na América Latina, mas também a não superação do subdesenvolvimento e a continuação da situação de dependência da periferia em relação ao centro, com desafios cada vez maiores e consequências sentidas até o presente momento

A fim de alcançarmos o objetivo deste trabalho, é necessário que primeiramente façamos uma breve exposição sobre as formas de análise adotadas, como seguem nos parágrafos abaixo.

Adotamos as seguintes **formas de análise**: a **Sociologia do Conhecimento** e a **Teoria da Linguagem Política**, as quais analisamos sucintamente nos parágrafos que seguem.

A **Sociologia do Conhecimento**, elaborada por **Karl Mannheim**² e explicada no livro *Ideologia e Utopia*³, se constitui numa das ferramentas de análise por nós adotada por entendermos que ela nos possibilita uma compreensão mais abrangente do contexto em que Furtado reflete e atua, devido às seguintes características:

- I) Ela não é elaborada a partir do indivíduo isolado.
- II) Os modos de pensamento concretamente existentes estão unidos ao contexto da ação coletiva, na qual, num sentido intelectual, se descobre inicialmente o mundo.

E essa ação coletiva é feita por grupos sociais denominados por Mannheim de *intelligentsia*, os quais possuem a tarefa específica de dotar a sociedade em que estão inseridos de uma interpretação. E quanto mais estática uma sociedade, tanto mais tendem

² Sociólogo alemão de origem húngara que teve grande influência na elaboração teórica de Furtado e também na sua ação através da ideia de planejamento democrático. Para mais detalhes, ver Furtado (1997).

³ A primeira edição original em alemão foi publicada em 1929. Utilizamos a edição brasileira de 1972, publicada pela Zahar Editores.

esses grupos a adquirir um *status* bem definido ou a posição de uma casta, tal como ocorria na Idade Média, por exemplo. Porém, com a dinamicidade crescente das sociedades, tal situação muda, como Mannheim (1972a: 39-40) afirma:

Do ponto de vista sociológico, o fato decisivo dos tempos modernos, em contraste com a situação vigente na Idade Média, é o de ter sido quebrado este monopólio da interpretação eclesiástica do mundo, mantido pela casta sacerdotal, tendo surgido, no lugar de um estrato de intelectuais fechado e inteiramente organizado, uma intelligentsia livre. Sua característica principal é a de ser recrutada, de modo cada vez mais frequente, em estratos e situações de vida constantemente variáveis, e de seu modo de pensamento não estar mais sujeito a ser regulado por uma organização do tipo casta. Devido à ausência de uma organização social própria, os intelectuais permitiram que os diversos modos de pensamento e de experiência chegassem a competir abertamente entre si, no mundo mais amplo dos demais estratos.

E é dentro dessa competição dos diversos modos de pensamento e experiência, que Mannheim (1972a: 66) teoriza sobre a ideologia e a utopia:

A descoberta de raízes social-situacionais do pensamento adotou, pois, a princípio, a forma de desmascaramento. Em acréscimo à dissolução gradativa da visão de mundo objetiva unitária, que para o homem comum tomou a forma de uma pluralidade de concepções do mundo divergentes, e para os intelectuais se apresentou como a irreconciliável pluralidade de estilos de pensamento, penetrou na mente pública a tendência para desmascarar as motivações situacionais inconscientes do pensamento grupal. Esta intensificação final da crise intelectual pode ser caracterizada pelos dois conceitos do tipo slogan “ideologia e utopia” que devido à sua importância simbólica foram escolhidos para título deste livro⁴.

A **ideologia**, então, teria o seguinte conceito: noção de que o inconsciente coletivo de certos grupos, em certas situações, obscurece a condição real da sociedade, tanto para si quanto para os demais, estabilizando-a, portanto (cf. Mannheim, 1972a: 66).

⁴ Palavras em negrito: grifo nosso.

E a **utopia** (ou **pensar utópico**), seria conceituada da seguinte maneira: o inconsciente coletivo de grupos oprimidos e determinados a mudar a realidade, oculta determinados aspectos da mesma, fazendo-os, mesmo involuntariamente, ver nela somente elementos a serem negados. Não há preocupação com o que realmente existe, mas somente com a mudança da situação existente e seu pensamento nunca é um diagnóstico da situação, pois somente pode ser usado como uma orientação para a ação. Nega tudo o que possa abalar a crença ou paralisar o desejo de mudar a situação vigente (cf. Mannheim, 1972a: 67)⁵.

Portanto, a partir do colocado acima é que podemos compreender a tarefa que Mannheim propõe com a Sociologia do Conhecimento: desmascarar o inconsciente coletivo a fim de se compreender os condicionantes sociais do pensamento.

Sem querermos nos alongar e nem entrar no debate acerca das reflexões produzidas por Mannheim, pensamos, contudo, que é válido citar a controvérsia dele com Horkheimer. Segundo este, o autor de *Ideologia e Utopia* liga intuições a posições sociais, quando a verdade é imanente ao próprio real, e vê na Sociologia do Conhecimento a origem de um homem suprapartidário sem interesse emancipatório, algo que não existe na realidade⁶.

Mannheim, em *Sociologia da Cultura* (1974: 81-82)⁷, no ensaio *O Problema da Intelligentsia. Um Estudo de seu Papel no Passado e no Presente*, sem citar Horkheimer, responde a essa crítica da seguinte maneira:

Convém a esta altura reafirmar que os intelectuais não constituem um estrato elevado sobre as classes e não são de modo algum mais dotados que outros grupos para superar seus próprios engajamentos de classe. Em análise anterior desse estrato, usei o termo “intelligentsia relativamente descomprometida” (relativ freischwebende Intelligenz), que aceitei de Alfred Weber, sem pretender sugerir um grupo

⁵ Como forma de complementar essa análise, nos valem da seguinte observação de Louis Wirth, no Prefácio de *Ideologia e Utopia*: “Ao invés de se contentar em chamar a atenção para o fato de que o interesse se reflete inevitavelmente em todo o pensamento, inclusive naquele seu aspecto a que se dá o nome de ciência, o Professor Mannheim procurou reconstituir a específica conexão entre os efetivos grupos de interesse na sociedade e as ideias e modos de pensamento que eles defendem. Conseguiu demonstrar que as **ideologias**, isto é, os **complexos de ideias que dirigem a atividade com vista à manutenção da ordem existente**, e as **utopias** – os **complexos de ideias que dirigem a atividade com vista a mudanças na ordem prevalecente** – não apenas desviam o pensamento do objeto da observação, mas também servem para fixar a atenção sobre aspectos da situação que de outra forma permaneceriam obscuros ou passariam despercebidos. Dessa maneira, ele elaborou, a partir de uma formulação teórica geral, um efetivo instrumento para uma fecunda pesquisa empírica” (Mannheim, 1972a: 20). Palavras em negrito: grifo nosso.

⁶ Para mais detalhes, ver Horkheimer (1982).

⁷ Os ensaios escritos nesse livro datam originalmente da década de 1930.

completamente e livre das relações de classe. O epíteto relativ não é uma palavra vazia. A expressão simplesmente alude ao fato reconhecido de que os intelectuais não reagem diante de determinadas situações de modo tão coeso como por exemplo os empregados ou os operários. Até mesmo estes últimos, de tempos em tempos, demonstram variações em suas reações a dados assuntos, mais ainda as chamadas classes médias; porém o menos uniforme é o comportamento político da intelligentsia. A história natural deste fenômeno é um tópico deste ensaio e de um estudo anterior. Feita essa advertência, é de se esperar que os críticos não voltem a simplificar minha tese, de acordo com suas conveniências, à proposição facilmente refutável de que a intelligentsia seja um estrato elevado acima das classes ou que possua revelações próprias. Com respeito a esse último ponto, o que eu pretendia demonstrar é que certos tipos de intelectual possuem maiores oportunidades de testar e aplicar as visões socialmente disponíveis e de experimentar suas incoerências⁸.

Como forma de complementar os instrumentais expostos acima, utilizamos também a **Teoria da Linguagem Política** de **John Pocock**, exposta no livro *Linguagens do Ideário Político* (2003), a qual afirma que determinados pensadores podem inovar na reflexão sobre um determinado tema ao lançarem uma nova linguagem, um novo vocabulário, um novo léxico, ou, na expressão do autor, uma nova *langue* que modificará a *parole*, ou seja, a própria maneira de se expressar e debater sobre determinado tema.

Portanto, a adoção da teoria da linguagem política de John Pocock se justifica por permitir que observemos a forma pela qual a reflexão sobre o binômio desenvolvimento-subdesenvolvimento feita por Furtado e pela teoria da dependência contribuem para trazer uma nova linguagem, uma nova maneira de refletir sobre esse tema.

A partir do afirmado acima, dividimos o trabalho da seguinte maneira:

I) Expomos os antecedentes das aproximações das reflexões de Celso Furtado e da teoria da dependência (que ocorrem a partir da década de 1970), expondo o contexto e o debate sobre o subdesenvolvimento nas décadas de 1950 e 1960 no Brasil e no mundo.

II) Analisamos as aproximações entre Celso Furtado e a teoria da dependência nas reflexões sobre o subdesenvolvimento na década de 1970.

⁸ Palavras em negrito: grifo nosso.

III) Analisamos os desdobramentos das reflexões de Celso Furtado e da teoria da dependência.

IV) Tecemos considerações finais.

Antecedentes: O Contexto e o Debate sobre o Subdesenvolvimento nas décadas de 1950 e 1960

O debate sobre o subdesenvolvimento nas décadas de 1950 e 1960 se localiza num contexto de afirmação nacionalista do Terceiro Mundo após a Segunda Guerra Mundial, demonstrada nas lutas pela independência no mundo colonial e na busca da superação do subdesenvolvimento, ponto que é visto com ênfase na América Latina, num quadro de restauração e reformulação do Sistema de Vestfália, que passava pela concessão a todos os povos da Terra do direito à autodeterminação, ao mesmo tempo em que a provisão da subsistência a todos os cidadãos tornou-se o objetivo fundamental a ser perseguido pelos membros do sistema interestatal⁹.

A partir do contexto exposto sucintamente acima, discutiremos nos parágrafos que seguem (e de maneira breve) o debate sobre o subdesenvolvimento no Brasil e no mundo.

Destacamos primeiramente as reflexões de **Rostow** em *Etapas do Desenvolvimento Econômico* (1961), livro no qual defende a tese de que o caminho do desenvolvimento econômico trilhado pelos países centrais (EUA e países da Europa) pode ser facilmente seguido pelos países atrasados via criação de condições para a superação de hábitos arraigados tradicionais que emperram o desenvolvimento econômico com a formação de um Estado nacional centralizado eficaz, em oposição aos tradicionais interesses regionais agrários, à potência colonialista ou a ambos¹⁰.

Numa linha diferente da exposta acima, destacamos a análise de **Ragnar Nurkse** em *Problemas de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos* (1957), na qual sustenta (utilizando um enfoque schumpeteriano) que a escassez de capital nos países periféricos é o principal fator da falta de dinamismo dessas economias. Além disso, a tendência à imitação dos padrões de consumo dos países desenvolvidos seria fator de

⁹ Para mais detalhes, ver Hobsbawm (1995: cap. 12) e Arrighi (1996: cap. 1).

¹⁰ Millikan & Blackmer, organizadores de *Nações em Desenvolvimento* (1963), com a participação de Rostow entre seus colaboradores, chamam a atenção para a importância das políticas de desenvolvimento nos países atrasados para os interesses norte-americanos.

desperdício da escassa poupança da periferia com o consumo de luxo. O autor, então, propõe a ação combinada de vários investimentos ao mesmo tempo, a fim de que cada empreendimento garanta o mercado de outro. Nesse processo, o Estado planejador é um elemento importantíssimo para a formação de capital (numa linha muito semelhante àquela defendida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL – no decorrer da década de 1950).

Gunnar Myrdal, em *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas* (1972)¹¹, expõe uma realidade na qual os países industrializados são os que estão se industrializando mais, enquanto que nos países subdesenvolvidos, onde as rendas são muito baixas, a formação de capital e o investimento tendem geralmente a ser bem menores, mesmo em relação a essas rendas. Deveriam, ao contrário, ser relativamente maiores para equilibrar o ritmo de desenvolvimento, uma vez que, nos países mais pobres, o aumento natural da população é geralmente mais rápido¹². Como consequência de tudo isso (e da tradição de estagnação radicada na cultura dessas nações), o desenvolvimento econômico se processa mais lentamente. Muitos desses países, segundo o autor, chegaram mesmo a retroceder no que diz respeito à sua renda média¹³. As propostas de superação de tal situação são semelhantes àsquelas de Nurkse (1957), ou seja, pelo planejamento estatal, mas contando também com aspectos não econômicos, com muito mais ênfase nos fatores políticos (numa crítica à ciência econômica convencional)¹⁴, incluindo o planejamento democrático, numa posição muito próxima a de Mannheim¹⁵ e com o modelo de Estado socialdemocrata (Estado do bem estar), das

¹¹ A primeira edição foi em 1956.

¹² Esse incremento é o resultado de determinada relação entre os índices de natalidade e os de mortalidade, quando ambos se situam em nível muito alto, o que, ademais, tende a tornar menos vantajosa a distribuição etária de suas populações.

¹³ Mesmo em casos como o da América Latina, que apresentou considerável desenvolvimento econômico desde a década de 1930, não devem ser excluídos do rol de países subdesenvolvidos, porque tal fato se limitou às cidades e aos portos (enquanto as massas rurais continuaram numa situação de extrema penúria e estagnação). O autor ainda acrescenta que dentro desse processo também ocorre a tendência para as desigualdades econômicas regionais caso a economia seja deixada ao livre jogo das forças de mercado, indo de encontro ao que a teoria econômica convencional apregoa como opção para o desenvolvimento econômico, que não leva em conta os fatores não econômicos, tais como a presença do Estado planejador nas economias subdesenvolvidas.

¹⁴ Segundo Myrdal (1972: 29): “A distinção entre fatores ‘econômicos’ e ‘não econômicos’ é, de fato, um artifício inútil e absurdo do ponto de vista da lógica, e deve ser substituída entre fatores ‘relevantes’ e ‘irrelevantes’ ou ‘mais relevantes’ e ‘menos relevantes’. Essa última linha divisória não é presumivelmente a mesma para problemas diferentes”.

¹⁵ Mannheim influenciou fortemente Furtado na sua concepção de planejamento democrático. Para mais detalhes, ver Mannheim (1962 e 1972b).

modernas democracias capitalistas, nas quais, segundo ele, os conflitos de classe se arrefeceram devido ao atendimento das reivindicações da classe trabalhadora¹⁶.

Na América Latina destacamos a contribuição original da CEPAL na busca de se diagnosticar o subdesenvolvimento, que pode ser observada a partir das reflexões que **Raúl Prebisch** empreendeu ao liderar essa instituição e que pode ser dividida em dois períodos: o primeiro, situado entre o final da década de 1940 e meados da década de 1950, que, utilizando a expressão de Reino (1994: 27), podemos denominar de “concepção inicial”, com forte ênfase no aspecto econômico ao diagnosticar o subdesenvolvimento (através, por exemplo, da deterioração dos termos de troca dos países periféricos, como os da América Latina) e propor a sua superação (via planejamento estatal para a industrialização) e o segundo, no início da década de 1960, caracterizado como de mudanças e crítica a essa concepção, com ênfase maior nas questões sociais e políticas tanto no diagnóstico quanto nas propostas de sua superação (mantendo a proposta de planejamento estatal, mas chamando a atenção para a importância da democracia nesse processo, numa linha semelhante àquela defendida por Mannheim), dada a perda de dinamismo da industrialização com resultados negativos, como a deterioração econômica e social.

Quanto ao debate sobre nação e desenvolvimento ocorrido no Brasil entre 1950 e 1964, percebe-se nesse período uma intensa discussão sobre esse tema, como podemos observar resumidamente nas linhas abaixo.

Destacamos nesse debate o confronto de **dois campos antagônicos: o liberalismo econômico** e o **desenvolvimentismo**, que remonta à década de 1940, com a controvérsia entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudín, intensificada na década de 1950 (contando ainda com a participação de Gudín e não mais de Simonsen devido ao seu falecimento em 1948) com a entrada em cena de vários intelectuais e instituições especializadas, com destaque para Celso Furtado e CEPAL, que não somente deram consistência às ideias desenvolvimentistas, então apenas esboçadas, como também participaram da polêmica brasileira. Basicamente, o debate se centrou em torno das alternativas que seriam as apropriadas para o desenvolvimento econômico, caminho para a construção da nação brasileira.

¹⁶ Tal modelo influenciou fortemente as propostas nacional-desenvolvimentistas do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), os planos estatais da década de 1950 no Brasil e estão presentes nas propostas de Furtado de planejamento democrático para a superação do subdesenvolvimento.

No campo do liberalismo econômico, destacamos a análise de Gudin, que contesta fortemente a teoria cepalina e o planejamento, mas sem chegar a criticar o processo de industrialização em curso na década de 1950¹⁷.

No lado do desenvolvimentismo (sob a liderança de Furtado e da CEPAL), percebemos uma divisão sobre qual tipo de planejamento e industrialização deveriam ser adotados para o Brasil, como observamos abaixo¹⁸.

Dentro do **setor público não nacionalista** (sob a liderança de Roberto Campos), o planejamento para a industrialização não deveria ser total, mas sim parcial, atuando sobre os pontos de estrangulamento e sobre os pontos de germinação, assumindo uma posição diferente da CEPAL e de Furtado, que defendiam o planejamento integral. Nesse planejamento parcial, a industrialização, também diferentemente do que a CEPAL e Furtado defendiam, contaria com intensa participação do capital estrangeiro (cf. Bielschowsky, 2000: 104-113, 241-242).

No **setor privado**, cujos principais núcleos eram a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e cujos principais economistas eram João Paulo de Almeida Magalhães e Nuno Figueiredo (contemporâneos e continuadores da reflexão de Simonsen). Havia a defesa do planejamento para a industrialização, que deveria ser fortemente apoiada com empreendimentos estatais, juntamente com controles ao capital estrangeiro, apesar de favorável à sua presença.

No **setor público nacionalista**, a defesa do planejamento segue as propostas da CEPAL, como vimos acima. Os principais núcleos desse setor no Brasil foram: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a Assessoria Econômica de Vargas, o Clube de Economistas e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Os principais economistas foram: Celso Furtado, Rômulo de Almeida, Américo Barbosa de Oliveira, Evaldo Correia Lima (cf. Bielschowsky, 2000: 127-132, 241-242).

Cabe destacar também o **Partido Comunista Brasileiro (PCB)**, que pode ser enquadrado como desenvolvimentista devido ao fato de comungar das propostas da CEPAL e dos desenvolvimentistas nacionalistas (como Celso Furtado) para a superação do subdesenvolvimento¹⁹. Porém, quanto à reflexão para entender as causas do

¹⁷ Para mais detalhes sobre as ideias de Gudin, ver Bielschowsky (2000: 42-76).

¹⁸ Utilizamos a classificação de Bielschowsky (2000).

¹⁹ Porém, de uma maneira mais radical que Furtado e CEPAL, defendiam fortemente uma industrialização planejada em bases estritamente nacionais, limitando a participação do capital estrangeiro apenas em forma de empréstimos e

subdesenvolvimento brasileiro, adotavam a perspectiva marxista e as teses da III Internacional Comunista para os países coloniais e atrasados²⁰.

Dentro do PCB e numa posição crítica a esse modelo, destacamos a reflexão elaborada no período por **Caio Prado Jr.**, presente nas obras *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira* (1954), *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* (1957), *A Revolução Brasileira* (1966), *A Questão Agrária no Brasil* (1979)²¹ e fundamentadas nas reflexões das décadas de 1930 e 1940²², nas quais o Brasil nunca passou por uma etapa feudal, posto que desde o início da colonização foi inserido (de maneira subordinada) no circuito da exploração capitalista, dado o seu sentido, como ele já afirmava na década de 1930 em *Formação do Brasil Contemporâneo* (cuja 1ª edição é de 1933), o que explicava o fato da agricultura brasileira voltada para a exportação ter se caracterizado por relações capitalistas e também a situação de subordinação brasileira ao centro do capitalismo nas décadas de 1950 e 1960, apesar da industrialização²³. Ou seja, permanecemos na condição de subdesenvolvidos, não porque estamos atrasados em relação aos países desenvolvidos, mas sim por causa de nossa condição subordinada, periférica e dependente (cf. Rêgo, 2000: 166-167).

Dentro do desenvolvimentismo, mas numa posição independente, citamos a reflexão de **Ignácio Rangel** que diagnostica o subdesenvolvimento brasileiro nos seguintes pontos²⁴: i) adoção de ideias semelhantes à de Furtado para explicar a industrialização por substituição de importações (ISI), apesar das diferenças substanciais

também a reforma agrária, dentro do objetivo de preparação para o socialismo (cf. Bielschowsky, 2000: 181-207, 241-242 e Mantega, 1984: 158-209).

²⁰ Para mais detalhes, ver Mantega (1984: 144-152).

²¹ Composta de textos publicados entre 1960 e 1964 na *Revista Brasiliense*. Além dessas obras destacamos as edições da década de 1960 de *História Econômica do Brasil* (cuja 1ª edição é de 1945), que atualizam sua reflexão sobre as causas do subdesenvolvimento brasileiro.

²² Caio Prado Júnior, com sua análise marxista, inovou a historiografia brasileira ao pensar a história econômica do Brasil com a ideia de sentido da colonização, ou seja, o fato de que foi constituída uma colônia portuguesa na América não para formar uma nova nação, mas sim para atender aos interesses comerciais de Portugal, fato que leva ao entendimento da persistência do atraso brasileiro na estrutura agrária e da reprodução da exclusão e da subordinação na sociedade brasileira, mesmo num contexto de industrialização. As principais obras de Prado Jr. nas décadas de 1930 e 1940 foram: *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos* (1931), *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia* (1942) e *História Econômica do Brasil* (1945).

²³ Segundo Rêgo (2000: 147): “O que é importante na análise caiopradiana das transformações estruturais decorrentes do processo industrializador é a apreensão da perversa dialética do nosso desenvolvimento, no sentido de que ao mesmo tempo alcança níveis adiantados de estruturação capitalista da produção e preserva os processos de reprodução da subordinação internacional, da exclusão econômica e da desigualdade social. (...). Para Caio Prado, esse desenvolvimento não se fez tão somente como resultado ou decorrência imediata da expansão da produção agroexportadora, mas foi justamente estimulado nos momentos de crise que impõe severas restrições na dinâmica de exportação e importação. São nesses momentos que ocorrem os ‘processos de nacionalização’ de nossa economia. (...). A análise procura ressaltar que o caráter dessas crises é fundamentalmente estrutural, ou seja, decorre da sujeição de nosso processo de desenvolvimento a um dinamismo que sempre esteve centrado nas oscilações de circunstâncias externas e sem possibilidade de controle nacional”.

²⁴ Baseamos a exposição das ideias de Rangel em Mantega (1984: 102-123) e em Bielschowsky (2000: 209-239).

entre eles²⁵; ii) adoção da tese da dualidade na história econômica brasileira, segundo a qual ocorreu uma sequência de pares de modos de produção simultâneos, determinados por relações de produção internas e externas²⁶; iii) a inflação brasileira, ao contrário daquela dos países desenvolvidos, é caracterizada como de custos e não de demanda, dada a estrutura oligopólica de nossa economia.

Para superar tal quadro de subdesenvolvimento, Rangel propõe um planejamento parcial (diferente daquele idealizado por Roberto Campos), baseado na noção de que toda economia em desenvolvimento gera desequilíbrios na base produtiva, isto é, provoca o surgimento simultâneo de “elos débeis” (setores da economia que dependem fortemente de importações de recursos) e “elos fortes” (setores da economia com disponibilidade interna de recursos).

Cabe destacar, ainda que de maneira breve, a reflexão feita por **Maria da Conceição Tavares** no artigo *Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil*, lançado pela primeira vez em 1963 e publicado no livro *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro* (1972). Segundo a economista, a crise econômica vivida no Brasil no início da década de 1960 mostrava os limites do modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), numa reflexão que, de maneira semelhante, Furtado faria de maneira mais aprofundada após o golpe de 1964.

Dentro do debate sobre o subdesenvolvimento, observamos que a reflexão de **Celso Furtado** nas décadas de 1950 e 1960 pode ser subdividida em três períodos: o da atuação na CEPAL (entre 1949 e 1958), o da atuação na Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (entre 1959 e 1964, incluindo o período em que atuou no Ministério do Planejamento) e o do início do exílio (entre 1964 e 1970).

No período da CEPAL, observamos um desdobramento e aprofundamento das reflexões iniciadas na sua tese de doutorado elaborada na Universidade de Paris, *A Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII* (1948), como podemos observar no artigo *Características Gerais da Economia Brasileira* (1950), e nos livros *A Economia*

²⁵ Segundo Mantega (1984: 103): “De saída, Rangel distingue-se de Furtado ao empregar os conceitos básicos do materialismo histórico como valor, taxa de mais valia, exploração e outros; ao contrário de Furtado, que oscila entre o universo conceitual clássico e neoclássico. Porém, ambos se encontram sob forte influência de Keynes e sucessores (no caso de Furtado nota-se a de Joan Robinson) e Rangel busca no economista inglês o complemento da teoria marxista da acumulação, integrando-se nas fileiras cada vez mais numerosas, na economia política contemporânea, daqueles que procuram celebrar o casamento entre Marx e Keynes”.

²⁶ Segundo Bielschowsky (2000: 215), a tese da dualidade foi formulada em 1953 e foi acrescida posteriormente do elemento político em Rangel (1962b) com a seguinte reflexão: a dinâmica da dualidade teria a sua contrapartida política, ou seja, a superestrutura política acompanharia as mudanças na infraestrutura econômica dual. Com isso, o Estado brasileiro seria o reflexo da dualidade básica da economia e da sociedade.

Brasileira (1954a) e *Uma Economia Dependente* (1956a, constituído de alguns capítulos do livro de 1954a). Além do terreno da história econômica especificamente, Furtado também elaborou vários artigos nos quais defendia a ideia de planejamento da CEPAL, dentro do debate que se travava no Brasil entre os desenvolvimentistas e os liberais²⁷. Observamos uma reflexão localizada mais no terreno da análise econômica *stricto sensu*, apesar da sua interdisciplinaridade, além da crença na industrialização planejada sob a liderança do Estado para a superação do subdesenvolvimento, tal como Raúl Prebisch, Secretário Executivo da CEPAL nesse período, defende no *Manifesto Latino-Americano* (1949)²⁸.

Em 1958, após sua saída da CEPAL, dedicou-se à pesquisa na Universidade de Cambridge (Reino Unido) que resultou no livro *Formação Econômica do Brasil* (1959), considerada por muitos dos seus estudiosos como a sua maior obra. É a partir das reflexões desse livro, que Furtado voltaria sua atenção até 1964 ao problema das disparidades regionais no Brasil através da luta para a criação da SUDENE, a qual se concretiza em 1960, tendo sido ele o seu primeiro superintendente. Nesse período observamos uma reflexão de caráter mais interdisciplinar, em que há um otimismo com o processo de industrialização no Brasil, apesar dele observar suas primeiras dificuldades na década de 1960, além de uma elaboração, que podemos dizer, é um pouco diferente daquela de Prebisch, sobre a relação desenvolvimento-subdesenvolvimento. Essas reflexões estão presentes nas obras *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), *A Pré-Revolução Brasileira* (1962) e *Dialética do Desenvolvimento* (1964). Nesse período, Furtado assume por alguns meses o então recém-criado Ministério do Planejamento (a convite do Presidente João Goulart), elabora o Plano Trienal para promover o combate à inflação e a retomada do desenvolvimento, mas que nem conseguiu ser concretizado na prática devido à situação de forte instabilidade política, fato que leva Furtado de volta ao comando da SUDENE até o golpe civil-militar de 1964.

Logo após o golpe civil-militar de 1964, Furtado, cassado de seus direitos políticos no Ato Institucional nº 1, parte para o exílio, primeiramente no Chile, depois para os EUA e finalmente para a França (em 1965), onde exerce a docência e a pesquisa na Universidade de Paris (Sorbonne). Nesse período, observando a situação de

²⁷ Para mais detalhes ver Bielschowsky (2000) e Furtado (1953, 1954b, 1956b, 1958b).

²⁸ Nome pelo qual ficou conhecido o texto *El Desarrollo Económico de la América Latina y Algunos de sus Principales Problemas*, parte de *Estudio Económico de la América Latina 1948*, publicado em 1949.

estagnação da economia brasileira (que se iniciara em 1962 e ainda perdurava naquele momento) e o poder hegemônico dos EUA sobre a América Latina, ele elabora um diagnóstico e um prognóstico pessimista caso nada fosse feito para modificar tal situação, fato que o leva a propor alternativas, como observamos em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1966), *Um Projeto para o Brasil* (1968a) e *Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar* (1968b). Dentro dessa reflexão, observamos as seguintes inovações na sua análise, tais como:

I) O conceito de “efeito de demonstração”, isto é, imitação, pelas classes pobres dos países periféricos, do padrão de consumo das suas classes médias, e destas, do padrão de consumo das classes médias dos países centrais.

II) A percepção de que a assimilação da tecnologia moderna continuaria acarretando efeitos negativos sobre a taxa de criação de novos empregos, além do aumento da concentração de renda.

III) Inclusão da análise sobre a transnacionalização do capital, mostrando a sua penetração na periferia, acompanhada de desequilíbrios estruturais de difícil correção (maiores disparidades de níveis de vida entre grupos de população e rápido aumento do desemprego aberto e disfarçado).

Esses novos pontos de análise se constituiriam na base da sua reflexão sobre a “modernização” a partir da década de 1970, como observamos no próximo item.

Destacamos também as reflexões da **Teoria da Dependência**, surgida na segunda metade da década de 1960 e dividida em duas vertentes: i) **vertente do desenvolvimento dependente e associado**, cujos principais teóricos são **Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto**; ii) **vertente marxista**, na qual se destacam os seguintes teóricos: **Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini**²⁹. Tais vertentes são analisadas com mais detalhes no próximo item.

O Desafio do Subdesenvolvimento na Década de 1970: Aproximações entre Celso Furtado e a Teoria da Dependência

A partir do golpe civil-militar de 1964, observamos na reflexão de Furtado uma ampliação cada vez maior de sua perspectiva teórica, adotando de maneira crescente o

²⁹ Destacamos também as contribuições de André Gunder Frank e Vânia Bambirra.

caminho da interdisciplinaridade. Isso se mostra presente no diagnóstico estagnacionista (como vimos no item anterior) e, de maneira mais radical, a partir de suas obras da década de 1970, conforme analisamos neste item.

Na verdade, as reflexões de Furtado após 1964 reforçam o que ele já havia percebido a partir de 1960, ou seja, de que a industrialização não conseguiu equacionar as questões sociais. Tal constatação leva o referido teórico, juntamente com Prebisch³⁰, a fazerem suas autocríticas e proporem a inclusão da necessidade de políticas sociais e de distribuição de renda para sair do subdesenvolvimento.

Dentro dessa linha de crítica ao desenvolvimentismo cepalino, nesse período também observamos o surgimento da teoria da dependência nas suas duas vertentes, analisadas nos parágrafos seguintes.

A primeira a ser analisada é a **vertente do desenvolvimento dependente e associado**, composta por **Fernando Henrique Cardoso** e **Enzo Faletto** (principais membros), os quais também questionam as teses estagnacionistas do período, mas veem como saída para o subdesenvolvimento um desenvolvimento dependente e associado. As ideias de Cardoso e Faletto estão no livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (publicado pela primeira vez em 1970)³¹, as quais expomos sucintamente abaixo:

I) A dependência dentro de uma economia periférica industrializada se caracteriza pelos investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos países periféricos (cf. Cardoso e Faletto, 1984: 125).

II) Apesar de ocorrer a industrialização, o desenvolvimento continua supondo heteronomia e desenvolvimento parcial.

III) A situação de dependência também continua, mesmo em países com forte setor econômico estatal (casos do Brasil e do México).

IV) O desenvolvimento dependente intensifica a exclusão social, não só das massas, mas também das camadas sociais economicamente significativas na etapa anterior ao desenvolvimento industrial dependente.

V) As novas bases do desenvolvimento e da dependência provocam a divisão entre os setores assalariados. Segundo Cardoso e Faletto (1984: 137):

³⁰ Para mais detalhes, ver Prebisch (1964).

³¹ Utilizamos a edição de 1984.

Como assinalamos, os grupos assalariados vinculados ao setor capitalista avançado beneficiam-se com o desenvolvimento e, em certa medida, amortizam as pressões que vêm de baixo. Na ação reivindicatória afastam-se das pressões populares de massa, tanto urbanas quanto rurais.

VI) Como forma de sistematização, nos utilizamos da seguinte citação de Cardoso e Faletto (1984: 141-142), retirada das conclusões do livro:

A novidade da hipótese não está no reconhecimento da existência de uma dominação externa – processo óbvio – mas na caracterização da forma que ela assume e dos efeitos distintos, com referência às situações passadas, desse tipo de relação de dependência sobre as classes e o Estado. Salientamos que a situação atual de desenvolvimento dependente não só supera a oposição tradicional entre os termos desenvolvimento e dependência, permitindo incrementar o desenvolvimento e manter, redefinindo-os, os laços de dependência, como se apoia politicamente em um sistema de alianças distinto daquele que no passado assegurava a hegemonia externa. Já não são os interesses exportadores que subordinam os interesses solidários com o mercado interno, nem os interesses rurais que se opõem aos urbanos como expressão de um tipo de dominação econômica. Ao contrário, a especificidade da situação atual de dependência está em que os “interesses externos” radicam cada vez mais no setor de produção para o mercado interno (sem anular, por certo, as formas anteriores de dominação) e, conseqüentemente, se alicerçam em alianças políticas que encontram apoio nas populações urbanas. Por outro lado, a formação de uma economia industrial na periferia do sistema capitalista internacional minimiza os efeitos da exploração tipicamente colonialista e busca solidariedade não só nas classes dominantes, mas no conjunto dos grupos sociais ligados à produção capitalista moderna: assalariados, técnicos, empresários, burocratas, etc.

A segunda analisada é a **vertente marxista**³², composta por **Ruy Mauro Marini** e **Theotonio dos Santos** (principais membros, como observamos no final do item

³² Para mais detalhes sobre a vertente marxista da teoria da dependência, ver Dos Santos (2000) e Bichir (2012).

anterior) os quais criticam a tese da estagnação defendida por Furtado e veem uma nova fase do subdesenvolvimento, isto é, a da dependência. Segundo Dos Santos (2000: 134):

Combati em 1964 todas as teses estancacionistas que viam na política de estabilização monetária de Roberto Campos a destruição da indústria brasileira. Ao contrário, afirmei que a política de estabilização deveria levar a uma nova fase de crescimento, baseada contudo num nível mais alto de produtividade, concentração econômica, monopolização e estatização (...).

Ruy Mauro Marini, no ensaio *Dialética da Dependência* (publicado pela primeira vez em 1973)³³, aprofunda o significado da dependência, isto é, da situação na qual os países periféricos (caso dos países da América Latina), mesmo que cheguem a se industrializar, como ocorreu a partir da década de 1930 (e com mais intensidade a partir da década de 1950), continuam a ser dependentes do centro capitalista, e mais: a situação de estagnação vivida pelos países da América Latina (e em especial o Brasil no período 1962-1967) nada mais se constituiu do que uma reorganização das forças produtivas no capitalismo dependente, permitindo que tal situação perdurasse (e até se agravasse), como pôde ser visto no exemplo do “milagre” econômico brasileiro (período 1968-1973). Portanto, a economia industrial dependente teria as seguintes características:

I) A acumulação de capital na economia industrial dependente caracteriza-se também pela superexploração do trabalhador (pois foi característica na economia de base exportadora), definida da seguinte maneira por Marini (2000: 126):

É necessário observar (...) que, nos três mecanismos considerados [a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho], a característica essencial está dada pelo fato de que se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se assim seu esgotamento prematuro; no último,

³³ Esse artigo foi publicado primeiramente em espanhol em 1973. Utilizamos a versão em português publicada no livro *Dialética da Dependência* (2000), antologia dos principais artigos de Ruy Mauro Marini, organizada e apresentada por Emir Sader.

porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, estes mecanismos (que além disso se podem dar e normalmente se dão, de forma combinada) significam que o trabalhador se remunera por baixo de seu valor e correspondem, então, a uma superexploração do trabalho.

II) A industrialização latino-americana se constituiu numa nova divisão internacional do trabalho, pois as etapas inferiores da produção industrial são transferidas para os países dependentes.

III) Dada a superexploração do trabalho, o desenvolvimento tecnológico colocou graves problemas de realização, pois o mercado para bens suntuários acabou por se encontrar muito restrito. As “soluções” encontradas para tal situação foram as seguintes, segundo Marini (2000: 148):

O recurso utilizado para solucioná-los foi o de fazer intervir o Estado (através da ampliação do aparato burocrático, das subvenções aos produtores e ao financiamento ao consumo suntuário), assim como à inflação, com o propósito de transferir o poder de compra da esfera baixa à esfera alta da circulação; isso implicou em rebaixar ainda mais os salários reais, com o fim de contar com excedentes suficientes para efetuar a transferência de renda. Mas, na medida em que se comprime assim a capacidade de consumo dos trabalhadores, fecha-se qualquer possibilidade de estímulo ao investimento tecnológico no setor de produção destinado a atender ao consumo popular.

IV) Uma outra “solução” encontrada, segundo Marini (2000: 150), foi (como pode ser observado a partir de meados da década de 1960) a expansão para o exterior, isto é, exportação de manufaturas tanto de bens essenciais quanto de bens suntuários, o que pode ser percebido tanto nos projetos de integração econômica regional e sub-regional até no desenho de políticas agressivas de competição internacional, denotando a ressurreição do modelo da velha economia exportadora (só que com nova roupagem) em toda a América Latina.

Nesse contexto de reflexão, **Celso Furtado**, ao observar que a economia brasileira não continuou estagnada, mas voltou a apresentar crescimento econômico no

período 1968-1973, denominado de “milagre” econômico brasileiro, reavalia suas reflexões anteriores e inova na sua teoria ao elaborar o termo “modernização”, mantido entre aspas porque não se trata de uma modernização que leve ao desenvolvimento econômico, mas sim que traz crescimento econômico, mas não supera a situação de subdesenvolvimento³⁴.

O termo “modernização” aparece pela primeira vez no livro *Análise do “Modelo” Brasileiro* (1972)³⁵. A palavra *modelo* aparece entre aspas para denotar que não se trata de um modelo de desenvolvimento econômico, como se apregoava na época tanto no Brasil quanto no exterior, mas sim um caso de crescimento econômico conjugado com forte concentração de renda, fruto de reformas econômicas feitas pela ditadura militar no período 1964-67 através do Plano de Ação Econômica Governamental (PAEG). Segundo Furtado, esse período demonstra claramente que somente a industrialização não traz automaticamente o desenvolvimento socioeconômico.

Para fundamentar sua análise sobre a “modernização”, Furtado inicialmente chama a atenção sobre a história do subdesenvolvimento, fortemente ligada à da Revolução industrial, percebida nas formas que ela assumiu: i) transformação de técnicas produtivas, inicialmente nas manufaturas e nos meios de transporte; ii) modificação nos padrões de consumo. Essas transformações ocorridas em conjunto caracterizam os países desenvolvidos. Naqueles países em que essas transformações ocorreram somente nos padrões de consumo (mesmo que de uma minoria da população), observamos o fenômeno do subdesenvolvimento. Segundo Furtado (1982: 11-12):

A história do subdesenvolvimento consiste, fundamentalmente, no desdobramento desse modelo de economia em que o progresso tecnológico serviu muito mais para modernizar os hábitos de consumo do que para transformar os processos produtivos. A partir do momento em que entrou em declínio o sistema tradicional de divisão internacional do trabalho – ou seja, quando a demanda internacional de produtos primários passou a crescer com relativa lentidão – ou, no caso de certas regiões, os recursos naturais de fácil utilização foram plenamente utilizados – os países subdesenvolvidos tiveram de tomar o caminho da industrialização. (...). Na fase de

³⁴ Tal posição também é defendida pela teoria da dependência na vertente marxista com mais veemência, como vimos anteriormente.

³⁵ A primeira edição é de 1972. Utilizamos a de 1982.

industrialização, a característica fundamental das estruturas subdesenvolvidas está em que o nível tecnológico correspondente aos padrões de consumo, isto é, ao nível de modernização, restringe a difusão do progresso tecnológico, isto é, sua generalização ao conjunto das atividades produtivas. (...). Na linguagem dos sociólogos latino-americanos, mais excludente é o desenvolvimento.

Portanto, na visão de Furtado (1982: 13 e 15), enquanto nos países desenvolvidos o fluxo de novos produtos e o complexo de inovações tecnológicas que o acompanham são essenciais para o funcionamento da economia capitalista, se observamos tal fato no âmbito mundial, percebemos que tais fatores preservam as relações de dominação e de dependência, explicitando o subdesenvolvimento, uma situação de dependência estrutural, que pode ser traduzida por um horizonte estreito de opções na formulação de objetivos próprios, além de reduzida capacidade de articulação das decisões econômicas tomadas em função desses objetivos³⁶.

A partir da definição e da análise da “modernização” nos países subdesenvolvidos, Furtado mostra como se dá esse processo no caso específico brasileiro do “milagre” econômico, como observamos abaixo.

O “milagre” foi baseado em forte concentração da renda mediante compressão salarial, contudo, sem ser estática, mas sim dinâmica, ou seja, porque também contou com a ampliação do grupo social consumidor do mercado de bens de consumo duráveis (além da minoria proprietária de bens de capital, com inclusão da classe média) através do financiamento do consumo em suas várias formas (subsídios ao consumo e transferências de títulos de propriedade e de crédito). Tais medidas foram tomadas para evitar dificuldades da retomada do processo de industrialização (depressão predominante em importantes segmentos da atividade econômica) que certamente ocorreriam se a concentração de renda continuasse a ser estática³⁷.

No livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974), Furtado busca aprofundar o significado da “modernização” para os países subdesenvolvidos. Podemos observar isso nos seguintes pontos:

³⁶ Aqui observamos uma aproximação com a vertente marxista da teoria da dependência quando Furtado utiliza as palavras *dominação* e *dependência*, participando do processo de introdução de uma nova *langue na parole*, como Pocock (2003) afirma.

³⁷ Tal análise também é feita, mas de maneira genérica para a América Latina, por Marini em *Dialética da Dependência* (2000), como analisamos anteriormente.

I) A “modernização” está inserida no processo de industrialização da periferia, a qual não se orienta para formar um sistema econômico nacional, mas sim para completar o sistema econômico internacional. Essa industrialização é algo específico das economias subdesenvolvidas.

II) A industrialização periférica conta, de maneira cada vez mais forte, com a presença das grandes empresas transnacionais.

III) A partir das modificações estruturais ocorridas no centro (transnacionalização das grandes empresas e financeirização crescente do capital), principalmente a partir da segunda metade da década de 1960, observamos as seguintes consequências: a) processo de unificação dos países centrais, o qual levou a uma intensificação do seu crescimento; b) ampliação considerável do fosso entre o centro e a periferia; c) as relações comerciais entre países centrais e periféricos (mais ainda do que entre os países do centro) se transformaram progressivamente em operações internas das grandes empresas.

IV) A “modernização” é uma manifestação de mimetismo cultural da periferia. Segundo Furtado (1974: 80):

*Para captar a natureza do subdesenvolvimento, a partir de suas origens históricas, é indispensável focalizar simultaneamente o **processo da produção** (realocação de recursos dando origem a um excedente adicional e forma de apropriação desse excedente) e o **processo da circulação** (utilização do excedente ligada à adoção de novos padrões de consumo copiados de países em que o nível de acumulação é muito mais alto), os quais, **conjuntamente, engendram a dependência cultural que está na base do processo de reprodução das estruturas sociais correspondentes**³⁸.*

V) A partir dos pontos listados acima, Furtado (1974: 81-82), então, define a “modernização” da seguinte maneira:

Chamaremos de modernização a esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de

³⁸ Palavras em negrito: grifo nosso. Aqui Furtado aprofunda ainda mais sua análise interdisciplinar ao introduzir a questão da dependência cultural, ponto que seria desenvolvido com mais detalhes em *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* (1978). Nesse ponto, podemos afirmar que sua análise, apesar de se diferenciar daquela feita pela teoria da dependência (em suas duas vertentes), não deixa de ser um complemento valioso para a análise da dependência na vertente marxista.

*capital e progresso nos métodos produtivos. Quanto mais amplo o campo do processo de modernização (e isso inclui não somente as formas de consumo civis, mas também as militares) mais intensa tende a ser a pressão no sentido de ampliar o excedente, o que pode ser alcançado mediante expansão das exportações, ou por meio de aumento da “taxa de exploração”, vale dizer, da proporção do excedente no produto líquido. (...). Daí que apareçam crescentes pressões, ao nível da balança de pagamentos, quando o país atinge o ponto de rendimento decrescente na agricultura tradicional de exportação e/ou enfrenta deterioração nos termos de intercâmbio. (...). A importância do processo de modernização, na modelação das economias subdesenvolvidas, só vem à luz plenamente em fase mais avançada quando os respectivos países embarcam no processo de industrialização; mais precisamente, quando se empenham em produzir para o mercado interno aquilo que vinham importando. (...). **Ao impor a adoção de métodos produtivos com alta densidade de capital, a referida orientação cria as condições para que os salários reais se mantenham próximos ao nível de subsistência, ou seja, para que a taxa de exploração aumente com a produtividade do trabalho**³⁹.*

Em *Prefácio a Nova Economia Política* (1976), observamos a retomada de pontos analisados nas obras que expomos acima, além do acréscimo dos seguintes:

I) A ideologia do progresso é um forte impulsionador da industrialização periférica.

II) Consequências da penetração do modo capitalista de produção no quadro da dependência externa: tensões na estrutura de dominação interna (fenômeno da insegurança social) e revoluções sociais (que podem ocorrer ocasionalmente). Contudo, segundo Furtado (1976: 60), “(...) a regra tem sido o crescimento relativo da forma autoritária de apropriação do excedente, que tende a fazer-se hegemônica”.

III) Ocorre um duplo processo de concentração de renda: em benefício dos países centrais e, dentro de cada país periférico, em benefício da minoria que reproduz o estilo de vida do centro⁴⁰.

IV) Furtado chama a atenção para pontos importantes a serem estudados, a fim de compreendermos melhor esse processo de “modernização”: a) os grupos que controlam

³⁹ No trecho em negrito (grifo nosso), podemos notar, em princípio, certa semelhança com a tese da superexploração da força de trabalho na periferia, tal como Marini (2000) teoriza (conforme analisamos anteriormente).

⁴⁰ Aqui essa análise também se assemelha àquela de Marini sobre a superexploração dos trabalhadores da periferia (e de maneira mais patente).

as principais atividades econômicas nos países latino-americanos; b) as relações dos Estados nacionais com as empresas transnacionais.

No livro *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* (1978), que pode ser considerado seu livro mais interdisciplinar, Furtado reforça os aspectos culturais e sociais da “modernização” e da dependência, como observamos nos pontos abaixo:

I) As estruturas sociais internas na periferia são importantes para a compreensão da industrialização dependente. Segundo Furtado (1978: 49):

[É] na evolução das estruturas sociais internas que se vê com clareza a especificidade da industrialização dependente. Sua estreita vinculação com o comércio exterior somente pode ser percebida em toda sua complexidade se se tem em conta que a ela corresponde um importante papel na reprodução dos setores sociais que tiveram acesso, ainda que por via indireta, aos valores materiais da civilização industrial. Esta a razão pela qual essa industrialização tem como eixo o fluxo de importações, sendo de menor relevância as suas vinculações com o sistema pré-existente de forças produtivas.

II) A “modernização” também significou *ocidentalização*, isto é, destruição de valores culturais em vários países da periferia sem haver uma substituição adequada.

III) Apesar do quadro negativo na periferia, Furtado (1978: 114-116) vê possibilidades de superação:

A luta contra a dependência passa, portanto, por um esforço para modificar a conformação global do sistema. Que se esteja atualmente discutindo essa questão – mais precisamente: que a conformação global do sistema haja sido questionada – é clara indicação de que a relação de forças se está modificando a favor dos países dependentes. Certo: em grande parte dos países periféricos, as relações externas de dependência estão introjetadas nas estruturas de dominação social. Mas, conforme já observamos, isso não impede a emergência de estruturas de poder tecnoburocrático capazes de explorar a nova situação que se está formando. (...). Dentre os recursos de poder em que se assenta a chamada ordem econômica internacional têm particular relevância: a) o controle da tecnologia, b) o controle das finanças, c) o controle dos mercados, d) o controle do acesso às fontes de recursos não renováveis, e e) o controle do acesso à mão de obra barata. Esses recursos, reunidos em quantidades ponderáveis

e/ou combinados em doses diversas, originam posições de força, que ocupam os Estados ou os grandes grupos econômicos na luta pela apropriação do excedente gerado pela economia internacional. Essas posições de força são de peso diferente e em seu relacionamento tendem a ordenar-se, produzindo uma estrutura. A luta contra a dependência não é outra coisa senão um esforço de países periféricos para modificar essa estrutura. Coligações de países permitem ocasionalmente obter a massa crítica requerida para o controle de um recurso, ou articular combinações de recursos de alta eficácia na geração de poder. Controlar os estoques de um produto é importante, mas ainda mais importante é dispor de recursos financeiros para prolongar esse controle. Dispor de recursos de petróleo é uma arma, mas a eficácia dessa arma pode aumentar consideravelmente se se consegue organizar globalmente a oferta de petróleo no mercado internacional.

As reflexões da teoria da dependência e de Celso Furtado expostas acima não ficaram estáticas: elas continuaram a ser atualizadas, dadas as transformações na economia mundial e a continuação da situação de subdesenvolvimento e dependência, conforme observamos no próximo item.

O Desafio do Subdesenvolvimento Continua: Desdobramentos das Reflexões da Teoria da Dependência e de Celso Furtado

A partir dos estudos da teoria da dependência, observamos diferentes desdobramentos em suas duas vertentes, como podemos observar nos parágrafos abaixo.

Na **vertente do desenvolvimento dependente e associado**, observamos uma atualização da teoria ao abraçar as teses da globalização e continuar a defesa do desenvolvimento dependente e associado, mas dentro do movimento de adesão à globalização com políticas de corte neoliberal. Podemos notar uma aproximação entre as reflexões de Fernando Henrique Cardoso (e também suas ações como Presidente entre 1995 e 2002) e Manuel Castells⁴¹. Porém, o que observamos como resultado das propostas colocadas é a permanência do subdesenvolvimento, da dependência, e diminuição cada vez maior da margem de manobra dos países periféricos.

⁴¹ Na obra *A Economia da Informação: Economia, Sociedade e Cultura* (dividida em três volumes, com destaque para o Volume 1: *A Sociedade em Rede*), publicada em 1999, observamos de maneira mais patente tal proximidade.

Na vertente marxista, a análise do processo de globalização também ocorre, como podemos observar no livro *Economia Mundial, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável* (1999), de Theotonio dos Santos. Porém, para a nossa análise neste trabalho, nos valem do artigo de **Marini**, *Processo e Tendências da Globalização Capitalista* (2000)⁴², porque analisa as consequências da globalização⁴³ para os países dependentes de maneira mais específica, indo ao encontro dos objetivos deste trabalho, como podemos observar nos pontos do texto que destacamos abaixo (cf. Marini, 2000: 282-284):

I) Os países desenvolvidos possuem uma imensa superioridade em matéria de pesquisa e desenvolvimento, que é aquilo que torna possível a inovação técnica, constituindo-se, portanto, num monopólio tecnológico e, por conseguinte, fator de agravamento da condição dependente dos países periféricos.

II) Os países centrais exercem o controle na transferência de atividades industriais sobre os países periféricos, tanto por sua capacidade tecnológica como de investimento, atuando de duas maneiras: a) pela transferência prioritária aos países dependentes de indústrias menos intensivas em conhecimento; b) pela dispersão entre os diferentes países periféricos das etapas da produção de mercadorias a fim de impedir o surgimento de economias nacionalmente integradas.

III) O resultado dessas ações dos países centrais pode ser observado na divisão internacional do trabalho no nível da produção, fazendo com que os países dependentes regressem ao lugar da divisão internacional do trabalho que ocupavam no século XIX, isto é, na qual vendiam bens primários para o centro e de lá compravam bens manufaturados, mas agora com a utilização de métodos de gestão plenamente capitalistas.

IV) A globalização produz também, com essa “nova” divisão internacional do trabalho, desníveis crescentes em matéria de saber e de capacitação técnica na mão de obra.

⁴² Esse artigo foi publicado primeiramente em espanhol em 1997. Utilizamos a versão em português publicada no livro *Dialética da Dependência* (2000).

⁴³ Segundo Marini (2000: 269): “O processo mundial em que ingressamos a partir da década de 80 e que se convencionou chamar de globalização caracteriza-se pela superação progressiva das fronteiras nacionais no marco do mercado mundial, no que se refere às estruturas de produção, circulação e consumo de bens e serviços, assim como por alterar a geografia política e as relações internacionais, a organização social, as escalas de valores e as configurações ideológicas próprias de cada país”. O autor ainda afirma que existem quatro aspectos a serem destacados nesse processo (cf. Marini, 2000: 270-272): i) a grande magnitude da população envolvida; ii) a aceleração do tempo histórico; iii) a enorme capacidade de produção que está em jogo; iv) a profundidade e a rapidez que começam a apresentar essas transformações.

V) A partir do que foi exposto acima, o autor conclui que a globalização contribui para o agravamento da dependência.

VI) Para enfrentar tal situação, a solução passa por uma revolução democrática radical, contando com aliança de trabalhadores do centro e do mundo dependente.

Outro desdobramento da vertente marxista da teoria da dependência pode ser observado na aproximação cada vez maior com a teoria do sistema-mundo⁴⁴, como **Dos Santos** (2000: 55) afirma:

A teoria da dependência prosseguia e aperfeiçoava um enfoque global que pretendia compreender a formação e evolução do capitalismo como economia mundial. Prebisch falava, na década de 1950, sobre a existência de um centro e de uma periferia mundial, tese que aperfeiçoará na década de 1970 sob a influência do debate sobre a dependência (...). A teoria da dependência buscou refinar esse esquema ao rever a teoria do imperialismo desde sua formação, com Hilferding, Rosa Luxemburgo, Hobson, Lenin e Bukharin. André Gunder Frank (1991) chama a atenção para essa busca de análise do sistema mundial que se desenha sobretudo no começo da década de 1970 com Amin (1974), Frank (1978, 1980 e 1981), Dos Santos (1970 e 1978), mas ganha realmente grande alento com a obra de Immanuel Wallerstein (1974, 1980, 1989), que desenvolve a tradição de Fernand Braudel (1979). Tudo isso tem sido objeto de ampla discussão.

Celso Furtado, a partir das suas elaborações teóricas na década de 1970, continuaria refletindo, em obras posteriores, sobre as alternativas para o Brasil diante dos desafios que iam surgindo para a nação brasileira: a crise econômica da década de 1980, como observamos em *O Brasil Pós-“Milagre”* (1981) e os riscos da adesão ao neoliberalismo, como observamos em *Brasil: A Construção Interrompida* (1992).

No livro *O Capitalismo Global* (1998), Furtado analisa os efeitos da globalização nos países periféricos (em especial no Brasil), os quais levam ao aumento da dependência

⁴⁴ Segundo Dos Santos (2000: 57): “O enfoque do sistema-mundo busca analisar a formação e a evolução do modo capitalista de produção como um sistema de relações econômico-sociais, políticas e culturais que nasce no fim da Idade Média europeia e evolui para se tornar um sistema planetário e confundir-se com a economia mundial. Esse enfoque, ainda em elaboração, destaca a existência de um centro, uma periferia e uma semiperiferia, além de distinguir, entre as economias centrais, uma economia hegemônica que articula o conjunto do sistema”.

(continuando a situação de subdesenvolvimento) e propõe alternativas para o enfrentamento dessa situação, como podemos observar nos parágrafos seguintes.

Destacamos primeiramente da análise de Furtado, a sua observação de que as classes dominantes conformaram o modelo de organização societária dentro dos limites ditados pela classe operária (e que adquiriram crescente importância como absorvedora do fluxo de produção). Porém, com a globalização, vive-se uma nova fase dessa luta, em que a organização da atividade produtiva tende a ser planejada em escala multinacional, prejudicando o poder de negociação das classes trabalhadoras, reduzindo, portanto, o alcance da ação reguladora dos Estados Nacionais em que se apoiavam as organizações sindicais.

Com a globalização, prossegue o autor na sua reflexão, ocorre a desarticulação das forças que garantiam o dinamismo dos sistemas econômicos nacionais. Segundo Furtado (1998: 29):

Quanto mais as empresas se globalizam, quanto mais escapam da ação reguladora do Estado, mais tendem a se apoiar nos mercados externos para crescer. Ao mesmo tempo, as iniciativas dos empresários tendem a fugir do controle das instâncias políticas. Voltamos assim ao modelo do capitalismo original, cuja dinâmica se baseava nas exportações e nos investimentos no estrangeiro.

As consequências, então, da adesão a esse modelo por parte da periferia são negativas:

I) Os mais graves problemas em sociedades pobres e ricas decorrem dos desajustamentos causados pela exclusão social de parcelas crescentes da população

II) Tais desajustamentos decorrem da orientação assumida pelo progresso tecnológico e pela incorporação indireta ao sistema produtivo da mão-de-obra mal remunerada dos países de industrialização retardada (em primeiro plano, os asiáticos)

III) A globalização das atividades produtivas leva necessariamente a grande concentração de renda (contrapartida ao processo de exclusão social).

Em suma, os novos desafios são de caráter social e não basicamente econômico, exigindo-se, portanto, imaginação política e utopia. Portanto, na visão de Furtado, para superar o subdesenvolvimento num contexto de globalização, certas condições devem ser cumpridas por qualquer país periférico:

I) Grau de autonomia nas decisões que limite o mais possível a drenagem para o exterior do potencial de investimento.

II) As estruturas de poder devem dificultar a reprodução do padrão de consumo dos países ricos e assegurar um nível relativamente alto de investimento no fator humano, abrindo caminho à homogeneização social.

III) Certo grau de descentralização de decisões empresariais para que se possa adotar um sistema de incentivos capaz de assegurar o uso do potencial produtivo.

IV) Segundo Furtado (1998: 54): “estruturas sociais que abram espaço à criatividade num amplo horizonte cultural e gerem forças preventivas e corretivas nos processos de excessiva concentração de poder”.

Porém, para que tais objetivos logrem êxito, é fundamental o exercício de uma forte vontade política apoiada em amplo consenso social.

Por fim, vale destacar, como forma de sistematização dessa reflexão de Furtado, a sua afirmação de que o desafio posto no início do século XXI é o de mudar o curso da civilização, deslocar o seu eixo da lógica dos meios a serviço da acumulação num curto horizonte de tempo para uma lógica dos fins em função do bem-estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre os povos, da preservação ecológica e com forte participação das sociedades civis (cf. Furtado, 1998: 64)

O Brasil se enquadraria nessa mudança da seguinte maneira, segundo Furtado (1998: 67):

Essa mudança de rumo, no que nos concerne, exige que abandonemos muitas ilusões, que exorcizemos os fantasmas de uma modernidade que nos condena a um mimetismo cultural esterilizante. Devemos reconhecer nossa situação histórica e abrir caminho para o futuro a partir do conhecimento de nossa realidade. A primeira condição para liberar-se do subdesenvolvimento é escapar da obsessão de reproduzir o perfil daqueles que se autointitulam desenvolvidos. É assumir a própria identidade. Na crise de civilização que vivemos, somente a confiança em nós mesmos poderá nos restituir a esperança de chegar a bom porto.

Considerações Finais

Podemos afirmar, a partir do que foi analisado neste trabalho, que as aproximações do pensamento de Celso Furtado com a teoria da dependência, em especial na sua vertente marxista, demonstra a construção coletiva do conhecimento a partir do debate e da própria evolução dos acontecimentos, tal como a sociologia do conhecimento de Mannheim chama a atenção, provocando, nesse processo a criação de uma nova *langue na parole*, ou seja, nas expressões de Pocock, inovação no debate sobre o binômio desenvolvimento-subdesenvolvimento através das elaborações teóricas da CEPAL, de Furtado e da teoria da dependência, tal como podemos observar em expressões como *deterioração dos termos de troca, centro, periferia, dependência*, dentre outras. Observamos também que a globalização (com todas as suas consequências) traz desafios cada vez maiores para a superação do subdesenvolvimento, que persiste nessa nova ordem, levando a uma atualização da teoria da dependência (nas suas duas vertentes) e do pensamento de Celso Furtado.

Referências Bibliográficas

- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. São Paulo: Ed. UNESP; Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1984 (1970).
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra, 1999 (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.1).
- DOS SANTOS, Theotonio. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- FURTADO, Celso. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: HUCITEC, ABPHE, 2001 (Tese de Doutorado, 1948).
- _____. Características gerais da economia brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, ano 4, nº 1, 1950, p. 7-36.
- _____. Formação de capital e desenvolvimento econômico. *Memórias do Desenvolvimento*. Ano 1, nº 1, jun. (2007). Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, p. 193-229 (publicado pela primeira vez na *Revista Brasileira de Economia*, nº 3, ano 6, setembro de 1952).
- _____. A programação do desenvolvimento econômico II. *Revista do Conselho Nacional de Economia*. Rio de Janeiro, v. 2, nº 19-20, novembro-dezembro 1953, p. 11-15.
- _____. *A economia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1954a.

- _____. A técnica do planejamento econômico. *Revista de Ciências Econômicas da Ordem dos Economistas de São Paulo*, ano XI, 70, 1954b, p. 3-13.
- _____. *Uma economia dependente*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956a.
- _____. Setor privado e poupança. *Econômica Brasileira*. Rio de Janeiro, v. II, 2, abril-junho 1956b, p. 100-2.
- _____. *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958a.
- _____. Fundamentos da programação econômica. *Econômica Brasileira*. Rio de Janeiro, v. IV, 1-2, janeiro-junho 1958b, p. 39-44.
- _____. *Formação econômica do Brasil*. 34ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 (1ª edição: 1959).
- _____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- _____. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 (1ª edição: 1966).
- _____. *Um Projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968a.
- _____. Brasil: da República oligárquica ao Estado militar. In: _____. (org.). *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968b, p. 1-23.
- _____. *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982 (1972).
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. *Prefácio a nova economia política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *O Brasil pós-“milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. *Brasil: A construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Celso Furtado: obra autobiográfica* (3 vols.). São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- _____. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HORKHEIMER, Max. *Historia, metafísica y escepticismo*. Madri: Alianza, 1982.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972a (1929).
- _____. *O homem e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962 (1940).
- _____. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo: Mestre Jou, 1972b (1951).
- _____. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva, Editora da USP, 1974.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Polis, 1984.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: _____. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 105-165 (publicado pela primeira vez em espanhol em 1973).
- _____. Processo e tendências da globalização capitalista. In: _____. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 269-295 (publicado pela primeira vez em 1997).

- MILLIKAN, Max F. & BLACKMER, Donald L. M. (orgs.). *Nações em desenvolvimento: a sua evolução e a política americana*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Saga, 1972 (1956).
- NURKSE, Ragnar. *Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.
- PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1972 (1933).
- _____. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1987 (1942).
- _____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987 (1945).
- _____. *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. São Paulo: Urupês, 1954.
- _____. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1961 (1957).
- _____. *A questão agrária no Brasil* (composta de textos publicados na Revista Brasiliense entre 1960 e 1964). São Paulo: Brasiliense, 1979.
- _____. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- RÊGO, Rubem Murilo Leão. *Sentimento do Brasil: Caio Prado Júnior – continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.
- REINO, Jaime Estay. La Concepción Inicial de Raúl Prebisch y sus Transformaciones. In: MARINI, Ruy Mauro & MILÁN, Mária (organizadores). *La teoría social latinoamericana. Tomo II: subdesarrollo y dependencia*. México: Ediciones El Caballito, 1994, três volumes, volume II, p. 17-40.
- ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.